

Concessionária ViaRio S.A.

*Demonstrações Financeiras Referentes ao
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2015 e
Relatório dos Auditores Independentes sobre
as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da
Concessionária ViaRio S.A.
Rio de Janeiro- RJ

Introdução

Examinamos as demonstrações financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“Companhia”) que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2015 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Concessionária ViaRio S.A. em 31 de dezembro de 2015, o desempenho de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 12 de fevereiro de 2016


DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC n° 2 SP 011609/O-8


Alexandre Cassini Decourt
Contador
CRC n°1 SP 276957/O-4

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Apresentamos a seguir, o Relatório da Administração e as Demonstrações Financeiras da Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”), referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015, acompanhados do Relatório dos auditores independentes.

Planejamento empresarial

A ViaRio foi criada em 20 de abril de 2012, quando da assinatura do Contrato de Concessão com a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro. Este contrato tem como objeto a concessão do serviço público de implantação, operação, manutenção, monitoração, conservação e realização de melhorias do corredor expresso Transolímpica, ligando a Barra da Tijuca a Deodoro, na cidade do Rio de Janeiro, o qual faz parte do caderno de obrigações para os Jogos Olímpicos de 2016.

A ligação consistirá em uma via urbana expressa com praças de pedágio, sendo uma no seu eixo principal e outra em uma das alças de acesso.

Os investimentos sob responsabilidade da ViaRio compreendem a implantação de via urbana com extensão total de 13 km, dos quais aproximadamente 1,6 km em novos túneis, composta por três faixas de rolamento em cada sentido, uma exclusiva para o sistema de ônibus BRT (isento de cobrança de pedágio) e as outras duas para os demais veículos.

Para a execução das obras e serviços necessários à implantação da Transolímpica, a ViaRio assinou Contrato de Construção na modalidade de EPC (Engineering, Procurement and Construction Contracts) com o Consórcio Construtor Transolímpica o qual é formado pelas seguintes empresas: Construtora OAS S.A., Odebrecht Engenharia e Construção Internacional S.A., Andrade Gutierrez Engenharia S.A. e Construções e Comércio Camargo Correa S.A.

Para a viabilização das obras de implantação da Transolímpica, há previsão no Contrato de Concessão de repasse de recursos financeiros pelo Poder Concedente à ViaRio (“Subsídio”), autorizado por lei municipal. O montante total de subsídio é de R\$ 1.638.102 (data base janeiro/2011), corrigido anualmente pelo IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial).

Receita, Mercado e Investimentos

A entrada em operação da via ocorrerá antes dos Jogos Olímpicos Rio 2016, ou seja, a ViaRio encontra-se atualmente em fase pré-operacional, concentrando-se na implantação do ativo objeto do Contrato de Concessão. Em 2015, a obra avançou 52%, tendo como principais destaques as seguintes obras:

- Conclusão da escavação dos túneis Engenho Velho e Boiuna;
- Conclusão da estrutura de diversas obras de artes especiais (OAEs): Ponte Piraquara, Viaduto São Pedro de Alcântara, Elevado Duque de Caxias, Ponte Caldeireiro, Viaduto Boiuna, Ponte Rio Grande, Ponte Alça Saída Rio Grande, Ponte Alça Entrada Rio Grande, Viaduto Estadual Rio Grande, Viaduto Ipadu, Viaduto Sampaio Correa, Viaduto André Rocha e Viaduto Bandeirantes;
- Conclusão do processo de desapropriação e liberação de todas as áreas necessárias para a implantação do Corredor Expresso Transolímpica;
- Início das atividades de implantação de barreiras rígidas, paredes radiais, sistemas de drenagem, pavimentação e infraestrutura de redes elétricas e de dados;

Como consequência deste avanço finalizou-se o ano com 90% do total da obra executada.

No acumulado, desde o início da Concessão até o final do exercício de 2015, os investimentos perfazem o montante de R\$ 2.176,8 milhões, sendo R\$ 688,6 milhões com recursos próprios e R\$ 1.488,2 milhões com recursos oriundos de subsídio (valores correntes).

Ao final de 2015, a dívida bruta da ViaRio totalizou o montante de R\$ 538 milhões, resultado do empréstimo ponte captado pela Companhia (4ª emissão de debentures e emissão de CCB). A expectativa é quitar esta dívida com recursos da dívida de longo prazo, que encontra-se em fase final de aprovação e contratação.

Política de distribuição de dividendos

Aos acionistas, conforme artigo 25 do Estatuto Social da ViaRio, é distribuído a título de dividendos, o lucro líquido de cada exercício, após a constituição das Reservas Legais. Em 2015, não foi realizada distribuição de dividendos, dado que a Companhia encontra-se em fase pré-operacional, registrando prejuízo no exercício.

Recursos humanos

A quantidade de colaboradores próprios e terceirizados em dezembro de 2015 foi de 51 e 3.712, respectivamente. Neste ano, a ViaRio implantou sua Política de Saúde e Segurança do Trabalho que contempla tanto a atual fase pré-operacional como também a fase operacional que se iniciará em 2016.

Responsabilidade social

Com o objetivo de promover o desenvolvimento socioeconômico da região próxima ao Corredor Expresso Transolímpica, a ViaRio realizou as seguintes atividades:

Projeto Pilares do Bairro

Ações de qualificação, mobilização cultural e fortalecimento da cultura Hip Hop destinado a pichadores moradores ou frequentadores da região do entorno do traçado da Transolímpica. Foram envolvidas 63 pessoas e 31 pilares de viadutos da via foram pintados.

Projeto Ponto de Partida

A ViaRio iniciou em 2015, a implantação deste projeto que tem o objetivo de promover a inclusão social de forma qualificada de moradores vizinhos à via, elevando seu potencial de empregabilidade e desenvolvendo habilidades sociais.

O projeto proporcionará a capacitação técnica profissionalizante dos selecionados onde serão também abordados temas transversais relacionados à formação cidadã.

Espera-se que parte dos participantes deste programa se tornem Colaboradores da ViaRio na sua fase operacional.

Projeto Transolímpica & Você

Encontro frequente com representantes de instituições locais, formando uma rede comunitária onde apresentase os avanços da etapa de implantação do empreendimento e discute-se os impactos em cada comunidade.

Políticas de Compliance

A ViaRio implantou em 2015 seu Código de Ética e Conduta (“Código”), que estabelece diretrizes e parâmetros de conduta ética dos seus integrantes, bem como das relações da Companhia com agentes públicos, privados, fornecedores, concorrentes e com a sociedade como um todo. Todos os administradores, empregados, prestadores de serviços e fornecedores da Companhia possuem ciência dos termos do Código, que também pode ser acessado livremente no website da Companhia.

Além disso, a ViaRio implementou seus Canais de Denúncias, que consistem em uma linha de telefone (0800-741-0000) e um endereço eletrônico acessível através de ícone no website da Companhia (<https://www.canalconfidencial.com.br/viario/>) Todas as informações recebidas através dos Canais de Denúncia são captadas e geridas por empresa terceirizada especializada, garantindo-se o sigilo e a imparcialidade no tratamento das informações e, ainda, a opção do denunciante de permanecer anônimo.

Considerações finais

Em nosso relacionamento com o Auditor Independente, buscamos avaliar o conflito de interesses com serviços não relacionados à auditoria da seguinte forma: o auditor não deve (a) auditar seu próprio trabalho, (b) exercer funções gerenciais e (c) promover nossos interesses. As demonstrações financeiras da Companhia, aqui apresentadas, estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras auditadas.

As informações não financeiras, assim como outras informações operacionais, não foram objeto de auditoria por parte dos auditores independentes.

Declaração da Diretoria

A Diretoria declara que discutiu, reviu e concordou com as opiniões expressas no Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, emitido nesta data, e com as Demonstrações Financeiras relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Agradecimentos

A Concessionária ViaRio S.A. agradece aos seus acionistas, aos diversos órgãos do poder público, instituições financeiras, colaboradores e parceiros, pelo apoio, confiança, empenho e comprometimento que contribuíram para os resultados alcançados em 2015.

Rio de Janeiro, 11 de fevereiro de 2016.

A Administração

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	2015	2014	Passivo	Nota explicativa	2015	2014
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalentes de caixa	6	54.848	86.760	Debêntures	11	405.607	367.663
Imposto de renda e contribuição social		3.029	-	Empréstimos e financiamentos	12	131.474	-
Outros Impostos a recuperar		605	-	Fornecedores		7.223	1.927
Despesas antecipadas e outros		597	144	Contas a pagar - partes relacionadas	8	26	23
Adiantamento a fornecedores		976	92	Impostos e contribuições a recolher		753	133
				Obrigações sociais e trabalhistas		1.763	1.239
Total do ativo circulante		<u>60.055</u>	<u>86.996</u>	Total do passivo circulante		<u>546.846</u>	<u>370.985</u>
Não Circulante							
Realizável a longo prazo:							
Impostos diferidos	7b	14.074	9.612				
Impostos a recuperar		1.879	3.424				
		<u>15.953</u>	<u>13.036</u>	Patrimônio líquido			
Imobilizado	9	799	962	Capital social	13	245.470	67.770
Intangível	10	<u>687.147</u>	<u>318.371</u>	Prejuízos acumulados		<u>(28.362)</u>	<u>(19.390)</u>
Total do ativo não circulante		<u>703.899</u>	<u>332.369</u>	Total do patrimônio líquido		<u>217.108</u>	<u>48.380</u>
Total do ativo		<u><u>763.954</u></u>	<u><u>419.365</u></u>	Total do passivo e patrimônio líquido		<u><u>763.954</u></u>	<u><u>419.365</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

	Nota explicativa	2015	2014
Receita líquida		1.240.739	598.579
Custos dos serviços prestados			
Custo de construção		<u>(1.240.739)</u>	<u>(598.579)</u>
Resultado bruto		-	-
Despesas gerais e administrativas			
Despesas com pessoal		(6.817)	(5.617)
Serviços de terceiros		(2.714)	(2.202)
Materiais, equipamentos e veículos		(502)	(398)
Despesas de aluguel		(377)	(311)
Depreciação e amortização	9 e 10	(268)	(265)
Seguro garantia		(187)	(268)
Serviços gráficos		(327)	-
Editais e publicações		(112)	-
Outras despesas operacionais		(1.380)	(1.252)
Prejuízo antes do resultado financeiro		<u>(12.684)</u>	<u>(10.313)</u>
Resultado financeiro líquido	14	(750)	(6.077)
Prejuízo operacional antes do imposto de renda e da contribuição social		(13.434)	(16.390)
Imposto de renda e contribuição social - diferidos	7a	<u>4.462</u>	<u>5.358</u>
Prejuízo do exercício		<u>(8.972)</u>	<u>(11.032)</u>
Prejuízo por ação - básico e diluído (em reais - R\$)		<u>(0,0455)</u>	<u>(0,1628)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo do exercício	(8.972)	(11.032)
Outros resultados abrangentes	-	-
Total do resultado abrangente do exercício	<u><u>(8.972)</u></u>	<u><u>(11.032)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015
(Em milhares de reais)

		Capital social		
	<u>Nota explicativa</u>	<u>Subscrito e integralizado</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
Saldos em 1º de janeiro de 2014		67.770	(8.358)	59.412
Prejuízo do exercício		-	(11.032)	(11.032)
Saldos em 31 de dezembro de 2014		<u>67.770</u>	<u>(19.390)</u>	<u>48.380</u>
Prejuízo do exercício		-	(8.972)	(8.972)
Aumento de capital	13	177.700	-	177.700
Saldos em 31 de dezembro de 2015		<u><u>245.470</u></u>	<u><u>(28.362)</u></u>	<u><u>217.108</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Em milhares de reais)

	explicativa	2015	2014
	s		
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Prejuízo do exercício		(8.972)	(11.032)
Ajustes por:			
Imposto de renda e contribuição social diferidos	7a	(4.462)	(5.358)
Depreciação e amortização	9 e 10	268	265
Juros e variação monetária sobre debêntures e empréstimos	14	71.479	38.807
Capitalização de custo de debêntures e empréstimos	14	(61.006)	(16.064)
		<u>6.279</u>	<u>17.650</u>
Variações nos ativos e passivos:			
(Aumento) redução dos ativos:			
Impostos a recuperar		(2.089)	(2.326)
Despesas antecipadas		(453)	-
Adiantamento a fornecedores		(884)	323
Aumento (redução) dos passivos			
Fornecedores		5.296	1.135
Contas a pagar - partes relacionadas	8	3	23
Impostos e contribuições a recolher		620	(65)
Obrigações sociais e trabalhistas		524	436
Caixa líquido proveniente das atividades operacionais		<u>324</u>	<u>6.144</u>
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Aquisição de ativo imobilizado	9	(70)	(240)
Aquisição de ativo intangível	10	(307.805)	(181.772)
Caixa líquido usado nas atividades de investimento		<u>(307.875)</u>	<u>(182.012)</u>
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Financiamentos e debêntures:			
Captações	11 e 12	914.446	337.332
Pagamentos de principal	11 e 12	(740.000)	(190.000)
Pagamentos de juros sobre debêntures	11 e 12	(76.507)	(15.430)
Integralização de capital	13	177.700	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento		<u>275.639</u>	<u>131.902</u>
Redução do caixa e equivalentes de caixa		<u>(31.912)</u>	<u>(43.966)</u>
Demonstração de redução do caixa e equivalentes de caixa:			
No início do exercício		86.760	130.726
No final do exercício		<u>54.848</u>	<u>86.760</u>
		<u>(31.912)</u>	<u>(43.966)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto Operacional

A Concessionária ViaRio S.A. (“ViaRio”) é uma sociedade por ações, domiciliada no município do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro, Brasil, situada na Avenida José Silva de Azevedo Neto, n°. 200, bloco 2, sala 107, constituída em 20 de abril de 2012 e iniciou suas atividades em 26 de abril de 2012, de acordo com o Contrato de Concessão firmado com a Prefeitura do Município do Rio de Janeiro.

A Companhia tem como objetivo a implantação e exploração da infraestrutura e da prestação de serviço público de operação, manutenção, monitoração e realização de melhorias da Ligação Transolímpica (“Concessão”). O prazo da concessão é de 35 anos, contados da data de assinatura do Contrato de Concessão.

O contrato de concessão tem como objeto principal a implantação de um sistema rodoviário, composto pelo trecho a ser construído ligando a Avenida Brasil, no seu entroncamento com a Avenida da Equitação, em Magalhães Bastos, e estendendo-se até a Estrada dos Bandeirantes, em seu entroncamento com a Avenida Salvador Allende, em Curicica, incluindo seus acessos, faixas de domínio, edificações, terrenos, benfeitorias e ampliações a serem efetuadas. Realizados os investimentos, a Administração estima que o início de sua operação ocorra em 2016.

O contrato de concessão prevê o pagamento do ativo financeiro pelo Poder Concedente para a Concessionária, valores estes despendidos, de acordo com o anexo 8 do respectivo contrato, para a realização das obras de implantação da Ligação Transolímpica.

Extinta a concessão, retornam ao Poder Concedente todos os bens reversíveis, direitos e privilégios vinculados à exploração da via expressa. A reversão será gratuita e automática, com os bens em perfeitas condições de operacionalidade, utilização e manutenção e livres de quaisquer ônus ou encargos.

Os compromissos futuros relacionados aos investimentos e liquidação de obrigações financeiras, serão honrados através de novas captações no mercado financeiro e ou aportes adicionais de capital dos investidores.

2. Principais práticas contábeis

As políticas e práticas contábeis descritas abaixo têm sido aplicadas consistentemente para todos os exercícios apresentados nas demonstrações financeiras da Companhia.

a) Apuração do resultado

Os resultados das operações são apurados em conformidade com o regime contábil de competência do exercício.

b) Receitas de construção

Segundo a ICPC 01 (R1), quando a concessionária presta serviços de construção ou melhorias na infraestrutura, contabiliza receitas e custos relativos a estes serviços de acordo com o CPC 17 – Contratos de construção. O estágio de conclusão é avaliado pela referência do levantamento dos trabalhos realizados.

Uma receita não é reconhecida se há incerteza significativa na sua realização.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

c) Instrumentos financeiros

- Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece inicialmente os empréstimos e recebíveis na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

- Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo ou passivo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou tenha sido designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado quando incorridos. Ativos e passivos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no seu valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.

- Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

- Capital social - ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

d) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração de valor.

e) Custo de transação na emissão de títulos de dívida

Os custos incorridos na captação de recursos junto a terceiros são apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, com base no método do custo amortizado, que considera a Taxa Interna de Retorno (TIR) da operação para a apropriação dos encargos financeiros durante a vigência da operação. A taxa interna de retorno considera todos os fluxos de caixa, desde o valor líquido recebido pela concretização da transação até todos os pagamentos efetuados ou a efetuar para a liquidação dessa transação.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

f) Ativo imobilizado

- Reconhecimento e mensuração

O ativo imobilizado é mensurado ao custo histórico de aquisição ou construção de bens, deduzido das depreciações acumuladas e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando necessário.

Os custos dos ativos imobilizados são compostos pelos gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição/construção dos ativos, incluindo custos dos materiais, de mão de obra direta e quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e em condição necessários para que esses possam operar. Além disso, para os ativos qualificáveis, os custos de empréstimos são capitalizados.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Outros gastos são capitalizados apenas quando há um aumento nos benefícios econômicos do item do imobilizado a que se referem, caso contrário, são reconhecidos no resultado como despesas.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado apurados pela comparação entre os recursos advindos de alienação com o valor contábil do imobilizado, são reconhecidos no resultado em outras receitas/despesas operacionais.

O custo de reposição de um componente do imobilizado é reconhecido como tal, caso seja provável que sejam incorporados benefícios econômicos a ele e que o seu custo possa ser medido de forma confiável. O valor contábil do componente que tenha sido repostado por outro é baixado. Os custos de manutenção são reconhecidos no resultado quando incorridos.

- Depreciação

A depreciação é computada pelo método linear, às taxas consideradas compatíveis com a vida útil econômica e/ou o prazo de concessão, dos dois o menor. As principais taxas de depreciação estão demonstradas na nota explicativa nº. 9.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de período ou exercício social e eventuais ajustes serão reconhecidos como mudanças de estimativas contábeis.

g) Ativos intangíveis

A Companhia possui os seguintes ativos intangíveis:

- Direito de uso e custos de desenvolvimento de sistemas informatizados

São demonstrados ao custo de aquisição, deduzidos da amortização, calculada de acordo com a vida útil estimada.

- Direito de exploração de infraestrutura - vide item “k”.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

h) Receitas e despesas financeiras

Receitas financeiras compreendem basicamente os juros provenientes de aplicações financeiras, mudanças no valor justo de ativos financeiros, os quais são registrados através do resultado do exercício e variações monetárias e cambiais positivas sobre passivos financeiros.

As despesas financeiras compreendem basicamente juros, taxas, comissões e outros. Custos de empréstimos que não sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de ativos qualificáveis são reconhecidos no resultado do exercício com base no método da taxa efetiva de juros.

i) Capitalização dos custos dos empréstimos

Os custos de empréstimos atribuíveis ao contrato de concessão são capitalizados durante a fase de construção.

j) Benefícios a empregados

- Planos de Contribuição definida

Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos.

- Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício correntes e diferidos são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 (base anual) para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando revertidas, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das demonstrações financeiras.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Na determinação do imposto de renda corrente e diferido a Companhia leva em consideração o impacto de incertezas relativas às posições fiscais tomadas e se o pagamento adicional de imposto de renda e juros deve ser realizado.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, relacionados a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de imposto de renda e contribuição social diferido é reconhecido por perdas fiscais, créditos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estejam disponíveis e contra os quais serão utilizados, limitando-se a utilização, a 30% dos lucros tributáveis futuros anuais.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de diferenças temporárias consideram e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, fundamentados em estudo técnico de viabilidade aprovados pelos órgãos da administração.

l) Contratos de concessão de serviços – Direito de exploração de infraestrutura - ICPC 01(R1)

A infraestrutura, dentro do alcance da Interpretação Técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão, não são registrados como ativo imobilizado do concessionário porque o contrato de concessão prevê apenas a cessão de posse desses bens para a prestação de serviços públicos, sendo eles revertidos ao Poder Concedente após o encerramento do respectivo contrato. O concessionário tem acesso para construir e/ou operar a infraestrutura para a prestação dos serviços públicos em nome do poder concedente, nas condições previstas no contrato.

Nos termos dos contratos de concessão dentro do alcance desta Interpretação, o concessionário atua como prestador de serviço, construindo ou melhorando a infraestrutura (serviços de construção ou melhoria) usada para prestar um serviço público além de operar e manter essa infraestrutura (serviços de operação) durante determinado prazo.

Se o concessionário presta serviços de construção ou melhoria, a remuneração recebida ou a receber pelo concessionário é registrada pelo valor justo. Essa remuneração pode corresponder a direito sobre um ativo intangível, um ativo financeiro ou ambos. O concessionário reconhece um ativo intangível à medida que recebe o direito (autorização) de cobrar os usuários pela prestação dos serviços públicos. O concessionário reconhece um ativo financeiro na medida em que tem o direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do concedente pelos serviços de construção.

Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado.

Caso a Companhia seja remunerada pelos serviços de construção parcialmente através de um ativo financeiro e parcialmente por um ativo intangível, então cada componente da remuneração recebida ou a receber é registrado individualmente e é reconhecido inicialmente pelo valor justo da remuneração recebida ou a receber.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

O direito de exploração de infraestrutura é oriundo dos dispêndios realizados na construção de obras de melhoria em troca do direito de cobrar os usuários das rodovias pela utilização da infraestrutura. Este direito é composto pelo custo da construção somado à margem de lucro e aos custos dos empréstimos atribuíveis a esse ativo. A Companhia estimou que eventual margem é irrelevante, considerando-a zero.

A amortização do direito de exploração da infraestrutura será reconhecida no resultado do exercício de acordo com a curva de benefício econômico esperado ao longo do prazo de concessão da rodovia, tendo sido adotada a curva de tráfego estimada como base para a amortização.

m) Novos pronunciamentos e interpretações

Os pronunciamentos e as interpretações contábeis abaixo, emitidos até 31 de dezembro de 2015 pelo International Accounting Standards Board - IASB, não foram aplicados antecipadamente pela Companhia nas demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2015. Os mesmos serão implementados à medida que sua aplicação se torne obrigatória. A Companhia ainda não estimou a extensão dos possíveis impactos destes novos pronunciamentos e interpretações em suas demonstrações financeiras.

Pronunciamento	Descrição	Vigência
Alterações à IAS 16 a IAS 38 - Esclarecimento sobre os métodos aceitáveis de depreciação e amortização	As alterações à IAS 16 proíbem as entidades de utilizarem um método de depreciação com base em receitas para itens do imobilizado. As alterações à IAS 38 introduzem uma presunção refutável de que as receitas não constituem base adequada para fins de amortização de um intangível	(a)
IFRS 9 - Instrumentos financeiros	Revisão em 2014, contém exigências para: (a) classificação e mensuração de ativos e passivos financeiros; (b) metodologia de redução ao valor recuperável; (c) contabilização geral de <i>hegde</i>	(b)
IFRS 15 - Receita de contratos com clientes	Estabelece um único modelo abrangente a ser utilizado pelas entidades na contabilização das receitas resultantes de contratos com clientes	(b)

(a) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2016;

(b) Aplicação em períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2018.

3. Apresentação das demonstrações financeiras

Em 14 de maio de 2014, foi publicada a Lei Federal nº 12.973, em conversão à MP nº 627/2013, que alterou a legislação tributária federal para adequá-la à legislação societária e às novas normas contábeis, entre outras providências, a qual foi adotada a partir de 1º de janeiro de 2015. A Administração não optou pela adoção de forma antecipada desta lei em 2014.

Declaração de conformidade (com relação às normas do CPC)

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BRGAAP).

Em 11 de fevereiro de 2016, foi autorizada pelo Conselho de Administração da Companhia a conclusão destas demonstrações financeiras.

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

Instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo através do resultado.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos apresentados em Reais nestas demonstrações foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras, preparadas de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC, exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

As estimativas e premissas são revisadas periodicamente pela Administração da Companhia, sendo as alterações reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas e/ou incertezas sobre as premissas e estimativas relevantes, estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

Nota

7b	Impostos diferidos
10	Amortização dos ativos intangíveis
15	Instrumentos financeiros

4. Determinação dos valores justos

Diversas políticas e divulgações contábeis da Companhia exigem a determinação do valor justo, tanto para os ativos e passivos financeiros como para os não financeiros. Os valores justos têm sido apurados para propósitos de mensuração e/ou divulgação baseados nos métodos a seguir. Quando aplicável, as informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas nas notas específicas àquele ativo ou passivo.

- Investimentos em títulos financeiros

O valor justo de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado é apurado por referência aos seus preços de fechamento na data de apresentação das demonstrações financeiras.

- Passivos financeiros não derivativos

O valor justo determinado para fins de registro contábil e divulgação é calculado baseando-se no valor presente dos fluxos de caixa futuros projetados. As taxas utilizadas nos cálculos foram obtidas de fontes públicas (BM&FBovespa e Bloomberg).

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

5. Gerenciamento de riscos financeiros

Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- a) Risco de crédito;
- b) Risco de taxas de juros e inflação;
- c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez.

A seguir, estão apresentadas as informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados e os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e capital. Divulgações quantitativas adicionais são incluídas ao longo destas demonstrações financeiras.

a) Risco de crédito

Decorre da possibilidade de a Companhia sofrer perdas decorrentes de inadimplência de suas contrapartes ou de instituições financeiras depositárias de recursos ou de investimentos financeiros. Para mitigar esses riscos, adota-se como prática a análise das situações financeira e patrimonial das contrapartes, assim como a definição de limites de crédito e acompanhamento permanente das posições em aberto. No que tange às instituições financeiras, somente são realizadas operações com instituições financeiras de baixo risco avaliadas por agências de *rating*.

b) Risco de taxas de juros e inflação

A Companhia está exposta a taxas de juros flutuantes, principalmente relacionadas às variações do Certificado de Depósito Interbancário - CDI relativos às debêntures e aplicações financeiras. Detalhamentos a esse respeito podem ser obtidos nas notas explicativas nº 6, 11 e 12.

c) Risco de estrutura de capital (ou risco financeiro) e liquidez

Decorre da escolha entre capital próprio (aportes de capital) e capital de terceiros que a Companhia faz para financiar suas operações. Para mitigar os riscos de liquidez e otimizar o custo médio ponderado do capital, são monitorados permanentemente os níveis de endividamento de acordo com os padrões de mercado e o cumprimento de índices (*covenants*) previstos nos contratos de empréstimos e debêntures.

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia possui capital circulante líquido negativo de R\$ 486.132, composto por debêntures e empréstimos a pagar, conforme mencionado na nota explicativa nº 11 e 12. A companhia está, atualmente, em fase final de aprovação e contratação do financiamento de longo prazo para liquidar o empréstimo ponte e financiar a fase final de obras.

Informações sobre os vencimentos dos instrumentos financeiros passivos podem ser obtidas nas respectivas notas explicativas.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Caixa e equivalentes de caixa

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Caixas e bancos	43	50
Aplicações financeiras		
Aplicações financeira de curto prazo - CDB	54.805	86.710
	<u>54.848</u>	<u>86.760</u>

As aplicações financeiras foram remuneradas à taxa média de 100,90% do CDI, equivalente a 13,30% ao ano (10,86% ao ano, em 31 de dezembro de 2014).

7. Imposto de renda e contribuição social

a) Conciliação do imposto de renda e contribuição social – correntes e diferidos

A conciliação do imposto de renda e contribuição social registrada no resultado é demonstrada a seguir:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e contribuição social	(13.434)	(16.390)
Alíquota nominal	34%	34%
Imposto de renda e contribuição social à alíquota nominal	4.568	5.573
Efeito tributário das adições e exclusões permanentes		
Despesas indedutíveis	(106)	(215)
Resultado de imposto de renda e contribuição social	<u>4.462</u>	<u>5.358</u>
Impostos diferidos	4.462	5.358
Alíquota efetiva de impostos	<u>33%</u>	<u>33%</u>

b) Impostos diferidos

O imposto de renda e a contribuição social diferidos têm as seguintes origens:

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Bases ativas		
IRPJ e CSLL sobre prejuízos fiscais e bases negativas (a)	32.478	8.851
Despesas diferidas para fins fiscais - Lei nº 11.638/07	11.083	7.129
	<u>43.561</u>	<u>15.980</u>
Bases passivas		
Custos dos empréstimos capitalizados	(27.096)	(6.355)
Amortização custo de transação	(2.391)	(13)
	<u>(29.487)</u>	<u>(6.368)</u>
Ativo diferido líquido	<u>14.074</u>	<u>9.612</u>

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

A Companhia estima recuperar o crédito tributário decorrente de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social nos seguintes exercícios:

2017	2.991
2018	5.841
2019	8.203
de 2020 em diante	15.443
	<u>32.478</u>

8. Partes relacionadas

Os saldos de ativos e passivos em 31 de dezembro de 2015 e 2014, assim como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios de 2015 e 2014, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, suas controladoras em conjunto e outras partes relacionadas.

	Transações			Saldos	
	Intangível (a)	Ativo financeiro (b)	Serviços prestados (c)	Ativo Adiantamento Intangível (d)	Passivo Contas a pagar
Controladas em conjunto					
CCR S.A.	-	-	501	-	26
Partes relacionadas					
Consórcio Construtor Transrio	302.579	875.655	-	1.485	-
Total circulante, 31 de dezembro de 2015				-	26
Total não circulante, 31 de dezembro de 2015				1.485	-
Total, 31 de dezembro de 2015	<u>302.579</u>	<u>875.655</u>	<u>501</u>	<u>1.485</u>	<u>26</u>
Total, 31 de dezembro de 2014	<u>162.391</u>	<u>415.035</u>	<u>391</u>	<u>13.402</u>	<u>23</u>

Despesas com profissionais - chave da Administração

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
		(Reapresentado)
Remuneração (e)		
Benefícios de curto prazo - remuneração fixa (f)	3.552	2.160
Outros benefícios		
Provisão de participação no resultado	-	783
Previdência privada	75	48
Seguro de vida	3	-
	<u>3.630</u>	<u>2.991</u>

- a) Refere-se à construção da infraestrutura efetuada pelo Consórcio Construtor;
- b) Refere-se a transações com Consórcio Construtor, por realização de obras no exercício, subsidiadas pelo poder concedente;

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

- c) Prestador de serviços de contabilidade, assessoria, tesouraria e recursos humanos;
- d) Refere-se a adiantamento ao Consórcio Construtor, que será realizado a razão de 5% do montante das obras a serem executadas para a construção da infraestrutura;
- e) Contempla o valor total de remuneração atribuível aos membros da administração.
- f) Na AGO realizada em 26 de abril de 2015, foi fixada a remuneração anual dos membros do conselho da administração e diretoria da Companhia de até R\$ 3.900, incluindo salário, benefícios, remuneração variável, contribuição para seguridade social e fundo de garantia por tempo de serviço.

9. Ativo Imobilizado

	Taxa média anual de depreciação %	2014		2015		
		Saldo inicial	Adições	Transferências	Depreciação	Saldo final
Móveis e utensílios	10	172	-	7	(21)	158
Máquinas e equipamentos	19	326	-	169	(88)	407
Veículos	20	102	-	-	(24)	78
Benfeitorias em imóveis de terceiros	45	99	-	-	(99)	-
Sistemas de suprimentos de energia	20	2	-	-	(1)	1
Imobilizado em andamento		261	70	(176)	-	155
		962	70	-	(233)	799

10. Ativos Intangíveis

	Taxa média de amortização %	2014		2015	
		Saldo inicial	Adições	Amortização	Saldo final
Direitos de uso de sistemas informatizados	23	83	59	(35)	107
Direitos de exploração da infraestrutura (a)	(*)	318.288	368.752	-	687.040
		318.371	368.811	(35)	687.147

(*) Amortização pela curva do benefício econômico após o início das operações.

- (a) Do montante de R\$ 687.040 em 31 de dezembro de 2015, R\$ 685.555 refere a intangível em fase de construção e R\$ 1.485 refere-se ao adiantamento ao Consórcio Construtor Transrio (do montante de R\$ 318.288, R\$ 304.886 refere-se à intangível em fase de construção e R\$ 13.402 refere-se ao adiantamento ao Consórcio Construtor Transrio em 31 de dezembro de 2014).

Foram acrescidos aos ativos intangíveis, custos de empréstimos e debêntures no montante de R\$ 61.006 no exercício findo em 31 de dezembro de 2015 (R\$ 16.064 em 2014). A taxa média de capitalização em 2015, foi de 11,63% a.a. (custo das debêntures dividido pelo saldo médio de debêntures) e 7,50% em 2014.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Debêntures

Série	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/12/2015	Vencimento final	2015	2014
1. 2ª Emissão - Série única	100% do CDI + 1,45% A.A.	0,4680%	2.295	-	Abril de 2015	-	367.663
2. 4ª Emissão - Série Única	100% do CDI + 3,50% A.A.	4,3670%	8.458	5.659	Abril de 2016	405.607	-
				<u>5.659</u>		<u>405.607</u>	<u>367.663</u>
						2015	2014
Circulante							
Debêntures						411.266	368.550
Custos de transação						(5.659)	(887)
						<u>405.607</u>	<u>367.663</u>

- Em 30 de abril de 2015, foi liquidada a 2ª emissão de debêntures.
- Em 30 de abril de 2015, foi realizada a 3ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 400.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento de juros e principal em 30 de outubro de 2015 e remuneração de CDI + 2,50% a.a.
- Pelo contrato de suporte, as acionistas (CCR S/A (“CCR”), Odebrecht Rodovias S/A e Investimentos e Participações em Infraestrutura S/A – Invepar (“INVEPAR”)) assumem a obrigação de aportar recursos na concessionária, na proporção de sua participação acionária, de forma não solidária, no caso de insuficiência de recursos por parte da concessionária para pagamento das obrigações das debêntures.
- Em 30 de outubro de 2015, ocorreu o pagamento da 3ª emissão de debêntures.
- Em 30 de outubro de 2015, foi realizada a 4ª emissão de debêntures simples, no valor de R\$ 400.000, em série única, não conversíveis em ações, para distribuição pública, com esforços restritos, com vencimento de juros e principal em 30 de abril de 2016 e remuneração de CDI + 3,50% a.a. A emissão conta com possibilidade de resgate antecipado, a qualquer momento, sem pagamento de prêmio, além de fiança corporativa proporcional, não solidária, das acionistas/patrocinadoras INVEPAR, Odebrecht Rodovias S/A, Odebrecht Transport S.A. e CCR.

Os principais critérios para o vencimento antecipado são:

- A ocorrência de qualquer alienação, cessão ou transferência direta de ações do capital social da Companhia que resultem na mudança de seu controle acionário, sem a prévia e expressa anuência dos debenturistas, exceto se a respectiva mudança for decorrente de reestruturações societárias realizadas dentro dos grupos econômicos das controladoras, desde que a Emissora permaneça sob controle direto ou indireto, individual ou conjunto, da Odebrecht S.A., INVEPAR ou CCR;
- Extinção ou cessão, conforme aplicável, do contrato de concessão.
- Redução de capital da Emissora, exceto se (i) a redução de capital for exclusivamente para fins de absorção de prejuízos nos termos do artigo 173 das Lei das Sociedades por Ações; ou (ii) a redução de capital previamente autorizada pelos Debenturistas, nos termos do artigo 174, § 3º, da Lei das Sociedades por Ações.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

12. Empréstimos e financiamentos

Instituições financeiras	Taxas contratuais	Taxa efetiva do custo de transação (% a.a)	Custos de transação incorridos	Saldos dos custos a apropriar em 31/12/2015	Vencimento final	2015
Caixa Econômica Federal	100% do CDI + 3,91% a.a.	3,2355%	2.053	1.373	Abril de 2016	<u>131.474</u>
						<u>2015</u>
Circulante						
Empréstimos						132.847
Custos de transação						<u>(1.373)</u>
						<u>131.474</u>

- Em 16 de novembro de 2015, através da Cédula de Crédito Bancária (CCB), foi recebido o recurso de R\$ 130.000, com vencimento de principal e juros em 30 de abril de 2016 e remuneração de CDI + 3,91% a.a. Há faculdade de resgate antecipado, a qualquer momento. A emissão conta com a fiança corporativa proporcional, não solidária, com ou sem prêmio, dos acionistas/patrocinadoras na proporção de suas participações.

13. Patrimônio Líquido

Capital social

O capital social subscrito e integralizado da Companhia é de R\$ 245.470 (67.700 em 31 de dezembro de 2014).

As ações estão assim distribuídas:

<u>Acionistas</u>	<u>Participação acionária</u>	<u>Ações Integralizadas</u>	<u>Capital Social Integralizado</u>
Investimentos e Participações em Infraestrutura S.A. - INVEPAR	33,34%	100.488.389	81.840
Odebrecht Rodovias S.A.	33,33%	100.458.249	81.815
CCR S.A.	33,33%	<u>100.458.249</u>	<u>81.815</u>
Total		<u>301.404.887</u>	<u>245.470</u>

Em 2015, foi aprovado o aumento de capital da Companhia em Assembléia Geral Extraordinária, no montante de R\$ 177.700, subscritas proporcionalmente pelos acionistas, mediante a emissão de 233.634.887 novas ações ordinárias todas nominativas e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia para R\$ 245.470, dividido em 301.404.887 ações ordinárias, totalmente integralizado em moeda corrente nacional.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Resultado Financeiro

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Despesas financeiras		
Juros sobre debêntures e empréstimos	(71.479)	(38.807)
Capitalização de custo das debêntures e empréstimos	61.006	16.064
Outras despesas financeiras	(393)	(185)
	<u>(10.866)</u>	<u>(22.928)</u>
Receitas financeiras		
Rendimento sobre aplicações financeiras	9.230	11.224
Juros e outras receitas financeiras	886	5.627
	<u>10.116</u>	<u>16.851</u>
Resultado financeiro	<u>(750)</u>	<u>(6.077)</u>

15. Instrumentos financeiros

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança.

A Companhia não possui e não operou com instrumentos financeiros derivativos durante o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2015.

Todas as operações com instrumentos financeiros estão classificadas e reconhecidas nas demonstrações financeiras da Companhia, conforme o quadro a seguir:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</u>	<u>Valor justo através do resultado</u>	<u>Passivo financeiro mensurado ao custo amortizado</u>
Ativos				
Aplicações financeiras	54.805	-	86.710	-
Passivos				
Debêntures (a)	-	405.607	-	(367.663)
Empréstimos e financiamentos (a)	-	131.474	-	-
Fornecedores	-	(7.223)	-	(1.927)
Contas a pagar - partes relacionadas	-	(26)	-	(23)
	<u>54.805</u>	<u>529.832</u>	<u>86.710</u>	<u>(369.613)</u>

(a) Valores líquidos dos custos de transação.

Os seguintes métodos e premissas foram adotados na determinação do valor justo:

Aplicações financeiras - São definidas como ativos mensurados ao valor justo através do resultado, sendo o valor justo idêntico ao valor contábil em virtude do curto prazo de vencimento dessas operações;

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Debêntures mensuradas ao custo amortizado – Caso fosse adotado o critério de reconhecer esse passivo pelo seu valor justo, o saldo apurado seria o seguinte:

	<u>2015</u>		<u>2014</u>	
	Valor contábil (a)	Valor justo (b)	Valor contábil (a)	Valor justo (b)
Debêntures	411.266	415.769	368.550	370.127

a) Valores brutos dos custos de transação;

b) Os valores justos estão qualificados no nível 2, conforme definição detalhada no item, “Hierarquia de valor justo”, abaixo.

Os valores justos foram calculados projetando-se os fluxos de caixa até o vencimento das operações, com base em taxas futuras obtidas através de fontes públicas (ex.: BM&F Bovespa e Bloomberg), acrescidos dos *spreads* contratuais e trazidos a valor presente pela taxa livre de risco (pré DI).

- **Hierarquia de valor justo**

A Companhia possui saldos abaixo de instrumentos financeiros avaliados pelo valor justo, os quais estão qualificados no nível 2.

	<u>2015</u>	<u>2014</u>
Aplicações financeiras	54.805	86.710

Os diferentes níveis foram definidos a seguir:

- **Nível 1:** preços negociados (sem ajustes) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos;
- **Nível 2:** *inputs*, diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); e
- **Nível 3:** premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (*inputs* não observáveis).

Análise de sensibilidade

As análises de sensibilidade são estabelecidas com base em premissas e pressupostos em relação a eventos futuros. A Administração da Companhia revisa regularmente essas estimativas e premissas utilizadas nos cálculos. No entanto, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade inerente ao processo utilizado na preparação das análises.

Abaixo está demonstrado o valor resultante dos juros sobre o contrato de debêntures com taxas pós-fixadas até o vencimento final da operação.

CONCESSIONÁRIA VIARIO S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015

(Valores expressos em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Operação	Risco	Vencimentos até	Exposição em R\$ ⁽²⁾	Efeito em R\$ no resultado		
				Cenário provável	Cenário A 25%	Cenário B 50%
Debêntures	Aumento do CDI	Abril de 2016	411.266	(22.919)	(27.249)	(31.493)
CCB	Aumento do CDI	Abril de 2016	132.847	(7.488)	(8.871)	(10.225)
As taxas de juros consideradas foram:						
	CDI ⁽¹⁾			14,14%	17,68%	21,21%

(1) Refere-se à taxa de 31/12/2015, divulgada pela CETIP.

(2) Nos valores de exposição não estão deduzidos os custos de transação.

16. Compromissos vinculados a contratos de concessão

A Companhia assumiu o compromisso de realizar investimentos, substancialmente representados por obras de construção da Ligação Transolímpica, estimados em 31 de dezembro de 2015, conforme quadro abaixo:

	2015	2014
Compromisso Líquido do Poder Concedente	606.669	706.364
Compromisso Líquido da Concessionária	58.752	328.842
Total do Compromisso	665.421	1.035.206

Estes investimentos, destinados à construção da infraestrutura, serão reconhecidos como ativo intangível à medida que a Companhia tem o direito de cobrar tarifa de pedágio pela prestação de serviço. Os valores do compromisso são atualizados anualmente pela variação acumulada do IPCA-E no mês de abril.

Composição da Diretoria

Ronaldo Vancellote	Diretor Presidente
Fernando Góes	Diretor Administrativo-Financeiro
José Herzen Salgado Alves	Diretor de Engenharia e Operações

Contador

Hélio Aurélio da Silva
CRC/SP 1SP129452/O-3 S/RJ